

Capacitação
Regional

CONTRATAÇÕES & CONVÊNIOS

PENALIDADES E PROCESSO SANCIONADOR

Instrução processual e estudos de casos práticos e controversos na apuração de infrações e aplicação de sanções administrativas



CARGA HORÁRIA: 16 horas

APRESENTAÇÃO

Em um cenário onde a “nova” Lei de Licitações e Contratos, a Lei nº 14.133/2021, redesenha e reformula os contornos e procedimento das contratações públicas, emerge a imperiosa necessidade de uma compreensão criteriosa sobre as penalidades e a instrução segura do processo sancionador. Tal entendimento é vital para assegurar a integridade e a eficiência das contratações, além de ser fundamental para cumprir o dever intrínseco de gerar valor público através do ato de licitar e contratar da Administração. A nova legislação demanda, portanto, uma abordagem mais sofisticada e uma compreensão detalhada das implicações legais, para que as entidades possam navegar com segurança jurídica neste novo paradigma de contratações.

As sanções administrativas, neste cenário, assumem um papel vital na preservação da ordem legal e na asseguuração das licitações e contratos. Observar as penalidades, os princípios orientadores do processo administrativo, e os fundamentos para imposição de sanções são essenciais para agentes públicos e especialistas do setor. Este entendimento é particularmente vital devido às inovações introduzidas pela nova Lei, que detalham especificamente as infrações e suas correspondentes sanções em todas as fases do macroprocesso de contratação, seja na etapa de planejamento com a previsão de sanções nos termos de referência e editais, seja na seleção de fornecedores, atentando para as infrações cometidas pelos licitantes, ou na fase contratual, onde a vigilância dos gestores e fiscais quanto à execução contratual e sua conformidade em relação às sanções se faz necessária.

O presente programa abrange uma vasta gama de tópicos, começando com uma introdução às noções preliminares do processo administrativo sancionador, focando nos seus princípios orientadores e na finalidade das sanções. Serão examinadas as sanções em espécie, com atenção especial às suas características distintas, como o impedimento de licitar e contratar, a declaração de inidoneidade, entre outras. Além disso, serão abordadas questões críticas como a compulsoriedade da instauração do devido processo, a observância dos prazos prescricionais, e a definição da competência para a aplicação das sanções. O curso apresentará, ainda, os conceitos dos meios alternativos de resolução de controvérsias, incluindo mediação, conciliação e arbitragem, proporcionando aos participantes uma visão abrangente e integrada do tema no contexto das licitações e contratos.

A CONECTA, ciente da necessidade de uma capacitação específica e profunda para os profissionais envolvidos nos processos de contratação, propõe uma imersão que integra teoria e prática, capacitando os participantes com um conhecimento aprofundado das normas vigentes e, crucialmente, com a habilidade para aplicar este conhecimento de forma prática e efetiva na operacionalização e gestão dos processos administrativos relacionados a licitações e contratos. O aprimoramento oferecido neste curso é fundamental para garantir que as sanções sejam aplicadas de maneira justa, proporcional e em estrita conformidade com as legislações aplicáveis, representando uma oportunidade de enriquecer o conhecimento sobre o tema e de implementar novas abordagens na resolução de conflitos e desconformidades no âmbito das contratações públicas.

OBJETIVOS

- Aprimorar as habilidades dos participantes na instrução dos procedimentos voltados à aplicação de sanções a empresas por infrações ocorridas durante as licitações e na execução dos contratos, através do estudo da legislação pertinente e das diretrizes dos Tribunais de Contas;
- Capacitar o aluno para gerir o processo sancionador de maneira eficiente, enfrentando e resolvendo as complexidades que surgem durante a instrução, enfocando na minimização de riscos relacionados a nulidades processuais e na promoção de maior segurança jurídica, além de garantir a conformidade do procedimento com as normas vigentes;
- Sensibilizar e conscientizar sobre os deveres e responsabilidades dos agentes no contexto da apuração de responsabilidades, através de uma abordagem dos aspectos éticos, legais e operacionais envolvidos, enfatizando a importância do papel de cada agente no processo de assegurar a conformidade e a integridade nas contratações públicas.
- Estimular a análise crítica e o debate sobre as questões controversas e desafiadoras nas áreas de licitações, gestão e fiscalização de contratos, e na aplicação de sanções administrativas, fomentando um entendimento aprofundado dos temas mais complexos e polêmicos.
- Proporcionar uma visão sistêmica e abrangente necessária para tomar decisões em suas atividades diárias, principalmente na identificação de situações que requerem a instauração de procedimentos apuratórios, concentrando no fortalecimento da capacidade de discernimento e julgamento do participante nas diversas fases do processo de contratação.
- Integrar teoria e prática para facilitar a aplicação do conhecimento adquirido nas atividades relacionadas às contratações públicas e seus impactos na aplicação de penalidades e sanções administrativas, proporcionando aos participantes as ferramentas necessárias para uma atuação efetiva e responsável.

PÚBLICO-ALVO

- Pregoeiros, membros de comissões de licitações e servidores integrantes do gerenciamento de contratos;
- Gestores e fiscais de obras e de contratos;
- Membros de equipes de planejamento das contratações, unidade requisitante, almoxarife e demais servidores que atuam nas áreas de compras;
- Ordenadores de despesas;
- Advogados, assessores jurídicos, procuradores, auditores, membros dos controles interno e externo e demais profissionais da área do Direito, do Compliance e do Controle;
- Profissionais que atuam no planejamento, elaboração e processamento de editais, documentos técnicos, administrativos, jurídicos e afins; e,
- Colaboradores de entidades do Sistema S, OSCIP, OS, ONG, fundações, institutos, agências, universidades, autarquias e empresas estatais interessados em aprimorar suas práticas laborais à luz dos temas abordados no conteúdo programático.

PROFESSOR



JERRY CIRQUEIRA

Analista do Ministério Público da União (MPU), lotado na Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região (PRT-10/MPT/MPU), onde exerce a função de Assessor Jurídico do Procurador-Chefe nos assuntos relacionados à ordenação de despesas. Mestre em Direito; Especialista em Gestão Pública; e Graduado em Direito e em Administração de Empresas. Atua com Licitações e Contratos há mais de 15 anos, já exercendo as funções de Chefe da Seção de Licitações, Pregoeiro, Presidente da Comissão Permanente e Especial de Licitações e

Fiscal de Contratos. Professor da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e na iniciativa privada, ministrando diversos cursos sobre Licitações e Contratos. Coautor da obra "A Nova Lei de Licitações e Contratos: Onde estamos? E para onde vamos?" (CONSULTRE, 2021).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. INTRODUÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR EM MATÉRIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS:

- Panorama das normas reguladoras do processo administrativo sancionador;
- Rito processual na "nova" Lei de Licitações e Contratos;
- Princípios norteadores do processo administrativo sancionador;
- Dinâmica da aplicação de sanções em matéria de licitações e contratos;
- Objetivos das sanções administrativas;
- Natureza da apuração de responsabilidade (entre o ato vinculado e a discricionariedade).

2. ANÁLISE DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS À LUZ DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES:

- Condução transgressora vs. sanção adequada;
- Diferenciação entre multas moratórias e compensatórias (natureza, aplicação e impactos);
- Regulamentação para a imposição de multas (procedimentos, condições e consequências);
- Especificidades do impedimento de licitar e contratar e seus efeitos práticos;
- Sanção de declaração de inidoneidade (características e implicações).

3. COMPLEXIDADES INERENTES AO PROCESSO SANCIONADOR À LUZ DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES:

- Instauração do processo de responsabilização;
- Aplicação de sanções pós-contrato (prazo prescricional e suas implicações);
- Viabilidade de aplicar sanções fora da previsão contratual (análise legal e prática);
- Direito à defesa prévia nas sanções administrativas;
- Direito de manifestação da empresa frente ao relatório sancionatório;
- Responsabilidades e papéis na condução do processo sancionador;
- Identificação da autoridade competente para aplicação de sanções;

- Interrelação das sanções na nova Lei nº 14.133/2021 com a Lei Anticorrupção;
- Acordo de leniência;
- Desconsideração da personalidade jurídica;
- Delimitação dos prazos de defesa e recurso;
- Cronologia do prazo recursal;
- Efeito suspensivo em recursos administrativos;
- Necessidade de publicação das sanções no Diário Oficial;
- Eficácia temporal das sanções implantadas;
- Impacto das sanções em contratos vigentes e atas de registro de preço (ARP);
- Processo de reabilitação das empresas.

4. VISÃO GERAL DOS MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIA:

- Justiça multiportas e sua implementação na Administração;
- Diferenciação entre mediação e conciliação;
- Arbitragem;
- Conceitos de arbitrabilidade objetiva e subjetiva;
- Possibilidades de recurso contra decisões arbitrais;
- Comitês de resolução de disputas (dispute boards);

5. ATORES DO PROCESSO E SUAS RESPONSABILIDADES (NOVA LEI DE LICITAÇÕES vs LINDB):

- Repercussões da LINDB em matéria de responsabilização dos agentes públicos em sede de licitações e contratos:
 - O agente público será responsabilizado em caso de dolo ou erro grosseiro?
 - O que é e como caracterizar o erro grosseiro?
 - O que é dolo?
 - O que é consciência da antijuridicidade?
- Pela mesma falha, poderá ser responsabilizado mais de um agente, por exemplo, o fiscal, o assessor jurídico e também a autoridade competente? Como entende o TCU?

INVESTIMENTO

R\$ 3.700

(Três mil e setecentos reais)

INCLUSOS NO VALOR:

- 16 horas de experiência de capacitação presencial – networking e interação;
- Certificado digital CONECTA de capacitação;
- Apostila para acompanhamento das aulas;
- Kit do aluno contendo pasta, caneta, marca-texto e bloco de anotações;
- 2 coffee-breaks e 2 almoços no local do evento.

INSCRIÇÃO E PAGAMENTO

- A inscrição e contratação devem ser realizadas pelo site da CONECTA (www.conectaconhecimento.com.br) ou Telefone/WhatsApp (41) 3595-9980, sendo efetivada no envio da nota de empenho, autorização de fornecimento/serviço ou similar.
- O pagamento deverá ser realizado, em no prazo máximo de até 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica (NFS-e), em nome da CONECTA CONHECIMENTO LTDA. (CNPJ nº. 53.272.150/0001-10), na seguinte conta bancária:



BANCO SICREDI (748)
Agência: 0730 | Conta: 66694-5
Chave PIX – CNPJ: 53.272.150/0001-10

AGENDA & TURMAS

João Pessoa, PB

2 e 3 de junho | 25

Local a definir

Política de realização de eventos presenciais

A confirmação dos eventos (turmas) presenciais está condicionada à obtenção de um quórum mínimo de participantes inscritos. Por esta razão, recomendamos aos participantes a:

1. Aguardar a formalização da CONECTA em relação à confirmação da turma; e
2. Somente após receberem essa confirmação, proceder com a compra de passagens aéreas e a efetivação ou pagamento de reservas de hospedagem.

Na eventualidade de um participante precisar cancelar sua inscrição após a turma ter sido confirmada pela CONECTA, onde sua presença foi considerada no cálculo do quórum para viabilização do evento, o cancelamento deve ser realizado em até 5 (cinco) dias úteis antes do início do evento.

Por razões operacionais, administrativas ou insuficiência de quórum, a CONECTA reserva o direito unilateral de remarcar agenda, alterar a programação ou o local de realização.

[CLIQUE AQUI](#) para conhecer a nossa política e instruir o processo com segurança.


Documentação para contratação

[CLIQUE AQUI](#) para obter acesso à documentação da CONECTA, incluindo certidões, atestados, declarações e outros documentos essenciais para a instrução do processo.



Vamos nos conectar?

 +55 (41) 3595-9980

 comercial@conectaconhecimento.com.br

conectaconhecimento.com.br

